



# V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS  
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



**Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:**

**Resumo**

**Relato de Caso**

## **O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA NA ECONOMIA INFORMAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

**AUTOR PRINCIPAL:** Júlia Cristina Schmidt

**CO-AUTORES:**

**ORIENTADOR:** Cleide Fátima Moretto

**UNIVERSIDADE:** Universidade de Passo Fundo

### **INTRODUÇÃO**

As relações formais e informais, no contexto contemporâneo, indicam uma tendência à flexibilização e à fragmentação do trabalho, implicando em novas perspectivas dos sujeitos e das relações sociais. Os primeiros estudos apontam a necessidade de diferenciar a informalidade da ilegalidade, que além de abarcar o critério de forma deve ser separado das atividades da economia informal envolvidas ao tema da criminalidade. A retórica observada é de que há espaço para essas novas modalidades de produção e que as mesmas representam a “oportunidade” de fazer com que o trabalhador seja um empreendedor de si mesmo. Considerando que institucionalmente uma série de mecanismos tem conduzido esse trabalhador a assumir a condição de “trabalhador livre”, qual contexto da relação capital trabalho seria mais adequado inseri-lo? A pesquisa tem como objetivo investigar o conceito contemporâneo do trabalho por conta própria e a noção de empreender por si mesmo.

### **DESENVOLVIMENTO:**

Metodologicamente, adotou-se a revisão de literatura integrativa, que consiste em um método sistemático capaz de delimitar a pesquisa evitando um viés de seleção por parte dos autores. Revisão integrativa é definida como objeto de pesquisa intenso que permite conclusões a partir de estudos anteriores. Por meio da delimitação do problema de pesquisa anteriormente citado, buscou-se investigar estudos já realizados utilizando-se palavras chaves nos portais de busca SciELO, Periódicos CAPES,

# V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS  
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



EconPapers e JSTOR. As palavras utilizadas foram “informal economy”, “informal sector” e “worker”, as delimitações seguiram os critérios de utilização de somente artigos científicos, publicações sob um período inferior a 10 anos, sem delimitação de idiomas e de áreas de enquadramento e, como estratégia de busca, utilizou-se palavras cruzadas entre aspas, a fim de que estas palavras fossem contempladas em conjunto nos textos a serem selecionados. A busca realizada propiciou identificar um montante de 192 referências. Contudo, após a seleção de títulos e resumos, a busca resultou em um total de 6 referências.

A partir dos textos obtidos na revisão integrativa, pode-se observar que o trabalho informal é representado por um engajamento de trabalhadores autônomos em uma cultura de trabalho informal não correspondente às leis das instituições formais e das regras compartilhadas nas instituições informais (WILLIAMS, KEDIR, 2018). Harris-White (2010) aponta que a maior parte da economia dos países em desenvolvimento está fora controle do Estado. Os autores Williams e Kedir (2018) apontam que em níveis de subdesenvolvimento econômico e em intervenções estatais inadequadas o empreendedorismo informal é significativamente maior, Williams (2013) aponta estes aspectos compreendem a “neo-modernização”.

O trabalho por conta própria do setor informal, segundo Williams, Horodnic e Windenbank (2017), possui dois contrapontos. De um lado, considera-se uma categoria “superior”, onde haja uma saída voluntária do setor formal, compreendendo uma classe de um nível superior e uma classe de nível “inferior” que corresponde aos marginalizados por sua exclusão da economia formal e/ou desemprego do setor formal. Santiago e Vasconcelos (2017) explicam que no Brasil podem existir casos onde o trabalhador por conta própria seja considerado formal, apesar de estar em situações de emprego informal. Williams e Youseff (2015) em outro estudo sobre o Brasil explicam que o empreendedorismo do setor informal tem como resultado a exclusão dos benefícios do Estado (a proteção trabalhista), ocorre de forma involuntária e voluntária da economia formal, concomitantemente aos outros estudos observados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Enquanto na perspectiva marxista a informalidade se estabelecia pelo conflito na constituição histórica das relações da produção, contemporaneamente, pode-se concluir um novo contexto distributivo, representado pelas dualidades de nível superior e inferior da própria economia informal. Pela própria complexidade dessas relações, recomendam-se estudos continuados para entendimento desse fenômeno.

## **REFERÊNCIAS**

HARRISS-WHITE, B.. Work and wellbeing in informal economies: The regulative roles of institutions of identity and the state. *World Development*, v.38, n.2, p. 170-183, 2010.



# V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS  
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



SANTIAGO, C. E. P.; VASCONCELOS, A. M. N.. Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. Nova Economia, Belo Horizonte, v.27, n.2, p. 213-246, 2017.

WILLIAMS, C. C. HORODNIC, I. A., WINDEBANK, J.. Evaluating the internal dualism of the informal sector: evidence from the European Union. Journal of Economic Studies, v.44, n.4, p. 605-616, 2017.

WILLIAMS, C. C., YOUSSEF, Y.. Theorising entrepreneurship in the informal sector in Urban Brazil: A product of exit or exclusion?. The Journal of Entrepreneurship, v.24, n.2, p. 1

**NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA ( para trabalhos de pesquisa):**

**ANEXOS**